



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



LUDERRAN CARLOS DE MORAIS DUTRA

**A INTERSEÇÃO ENTRE POLICIAMENTO E TECNOLOGIA, COM DESTAQUE
PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO VIDEOMONITORAMENTO EM OPERAÇÕES
OSTENSIVAS.**

GOIÂNIA-GO

2024

LUDERRAN CARLOS DE MORAIS DUTRA

**A INTERSEÇÃO ENTRE POLICIAMENTO E TECNOLOGIA, COM DESTAQUE
PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO VIDEOMONITORAMENTO EM OPERAÇÕES
OSTENSIVAS.**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Dr. Josimar Pires Nicolau do Nascimento.

GOIÂNIA-GO

2024

A INTERSEÇÃO ENTRE POLICIAMENTO E TECNOLOGIA, COM DESTAQUE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO VIDEOMONITORAMENTO EM OPERAÇÕES OSTENSIVAS.

POLICING AND TECHNOLOGY FOCUSING ON THE USE OF VIDEO MONITORING IN OVERT ACTIONS.

Luderran Carlos de Moraes Dutra¹

Josimar Pires Nicolau do Nascimento ²

Resumo

O presente estudo aborda a interseção entre policiamento ostensivo e tecnologia, com foco na implementação do videomonitoramento em operações policiais. A ideia central é compreender como essas tecnologias modernas afetam a dinâmica operacional, as estratégias de segurança e a interação entre as forças policiais e a comunidade. O objetivo é investigar se a adoção dessas tecnologias influencia positivamente a eficácia e eficiência das ações policiais, tendo em vista a promoção da segurança comunitária. A pesquisa visa analisar como as tecnologias impactam a eficácia e eficiência das operações policiais, em específico na Polícia Militar de Goiás. O problema de pesquisa centra-se em compreender o impacto da integração do videomonitoramento com as operações ostensivas, considerando a eficácia, segurança pública e aspectos éticos. Os objetivos do estudo são identificar as tecnologias utilizadas no policiamento ostensivo, avaliar a aceitação e treinamento dos policiais em relação às ferramentas tecnológicas, e compreender os impactos percebidos pela comunidade nas áreas com policiamento ostensivo auxiliado pela tecnologia. A metodologia adotada envolveu a aplicação de questionários online pela plataforma Google Forms, respondidos por 21 profissionais de segurança pública, predominantemente policiais militares. Os resultados revelaram uma alta aceitação das tecnologias pelos profissionais e uma percepção positiva da comunidade em relação ao policiamento ostensivo tecnológico, indicando uma contribuição significativa para a segurança comunitária. No entanto, foram identificados desafios, como restrições de recursos financeiros, necessidade de treinamento adequado e preocupações com segurança de dados. A pesquisa destaca a importância de investimentos contínuos e políticas de capacitação eficazes para garantir o uso efetivo das tecnologias no policiamento ostensivo.

Palavras-chave: Policiamento ostensivo. Tecnologia. Videomonitoramento. Segurança Pública. Eficácia.

Abstract

The present study addresses the intersection between ostensive policing and technology, focusing on the implementation of video monitoring in police operations. The central idea is to understand how these modern technologies affect operational dynamics, security strategies, and the interaction between law enforcement agencies and the community. The objective is to investigate whether the adoption of these technologies positively influences the effectiveness

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: luderrancarlos@hotmail.com Telefone:(64) 99267-8669

² Orientador. Mestrando em Engenharia de Produção pela UFG. Pós-Graduado em Autos Estudos da Segurança Pública e Matemática. Graduado em Pedagogia e Direito. Policial Penal, Diretor-Geral da Polícia Penal de Goiás, e-mail: josimar.nicolau@gmail.com . Telefone: 64 99233 8589.

and efficiency of police actions, aiming at promoting community safety. The research aims to analyze how technologies impact the effectiveness and efficiency of police operations, specifically in the Military Police of Goiás. The research problem focuses on understanding the impact of integrating video monitoring with ostensive operations, considering effectiveness, public safety, and ethical aspects. The study's objectives are to identify the technologies used in ostensive policing, assess the acceptance and training of officers regarding technological tools, and understand the perceived impacts by the community in areas with technology-assisted ostensive policing. The adopted methodology involved the application of online questionnaires through the Google Forms platform, answered by 21 public security professionals, predominantly military police officers. The results revealed a high acceptance of technologies by professionals and a positive perception of the community regarding technological ostensive policing, indicating a significant contribution to community safety. However, challenges were identified, such as financial resource constraints, the need for adequate training, and concerns about data security. The research emphasizes the importance of continuous investments and effective training policies to ensure the effective use of technologies in ostensive policing.

Keywords: Ostensive policing. Technology. Video monitoring. Public Safety. Effectiveness.

1 INTRODUÇÃO

Na era atual, a tecnologia da informação está em toda parte e afeta todos os aspectos da vida diária. Com apenas um toque na tela de um smartphone, a comunicação pode ser estabelecida através de imagens, voz e dados, conectando pessoas em qualquer lugar do mundo. Os aplicativos permitem que as pessoas recebam facilmente alimentar ou realizar transações bancárias e atividades profissionais a qualquer hora e em qualquer lugar. Consultas médicas podem ser feitas remotamente, propriedades e crianças podem ser monitoradas remotamente. O mundo da tecnologia continua a oferecer uma ampla gama de possibilidades, serviços e comodidades.

No campo do policiamento, a tecnologia, e especialmente a informação, tem desempenhado um papel fundamental no combate à criminalidade ao longo do tempo. Estas ferramentas não se limitam às atividades administrativas, mas são amplamente utilizadas na aplicação da lei. Tornou-se impensável conduzir operações policiais sem utilizar estas ferramentas. À medida que a sociedade passa por rápidas mudanças, as agências policiais enfrentam o desafio de se adaptarem a esta nova realidade, envolvendo considerações financeiras, técnicas, logísticas, teóricas, culturais, jurídicas e de marketing.

No contexto dinâmico da segurança pública, o policiamento ostensivo representa uma peça fundamental na manutenção da ordem e na promoção da segurança comunitária. Compreender a interseção entre o policiamento ostensivo e os avanços tecnológicos é crucial para avaliar como a implementação de ferramentas modernas impacta a eficácia e eficiência

das operações policiais. Este estudo, denominado a interseção entre policiamento e tecnologia, com destaque para a implementação do videomonitoramento em operações ostensivas, busca analisar a influência dessas tecnologias na dinâmica operacional e nas estratégias das forças de segurança.

No passado, o uso do telégrafo representou um enorme avanço na atividade policial. Hoje, temos a capacidade de obter imagens em tempo real de locais de incidentes ou operações policiais. O desafio é como utilizar estas ferramentas para maximizar o impacto das operações policiais, proporcionando uma resposta mais eficaz com base nas necessidades atuais da comunidade.

A centralidade da informação nas políticas públicas destaca a urgência das agências policiais integrarem a produção e utilização de dados em suas atividades de inteligência. Com avanços tecnológicos contínuos, a implementação de um modelo de policiamento baseado em inteligência exige aprimoramento técnico dos analistas criminais para interpretar informações e apoiar a tomada de decisões, contribuindo assim para a redução do crime.

O policiamento ostensivo, caracterizado por uma presença ativa na comunidade, é essencial para construir confiança pública e prevenir atividades criminosas. A introdução de ferramentas tecnológicas, desde sistemas avançados de vigilância até dispositivos móveis, tem o potencial de revolucionar as operações policiais. Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender como a implementação dessas tecnologias afeta a dinâmica diária do policiamento público, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias mais eficiente e eficazes no combate à criminalidade.

Na medida em que o policiamento e a tecnologia se cruzam, com foco na implementação do videomonitoramento em operações ostensivas, surgiram lacunas significativas na compreensão do impacto, da eficácia e das implicações éticas desta convergência. Dado este contexto, a questão de investigação centra-se na seguinte questão: Como é que a integração do videomonitoramento com as operações ostensivas impacta o policiamento, tendo em conta a eficácia, a segurança pública e os aspectos éticos?

O objetivo geral deste estudo é verificar se a implantação e utilização de ferramentas tecnológicas no auxílio às atividades de policiamento ostensivo da Polícia Militar de Goiás o influenciam de forma positiva na eficácia e na eficiência das ações policiais. De forma específica os objetivos desta pesquisa são: Identificar quais são as tecnologias utilizadas no policiamento ostensivo da PMGO, destacando suas características; avaliar a aceitação e treinamento dos policiais em relação às utilização das ferramentas tecnológicas no seu dia-a-

dia de trabalho operacional; compreender os impactos percebidos pela comunidade nas áreas com policiamento ostensivo auxiliado pela tecnológica.

A relevância deste estudo reside na necessidade premente de compreender o impacto da integração de tecnologias no contexto do policiamento ostensivo. A rápida evolução tecnológica influencia diretamente as práticas policiais, exigindo uma análise aprofundada das implicações operacionais, sociais e éticas dessa transformação.

Ao explorar como o videomonitoramento afetam a eficácia e eficiência das operações policiais, este estudo contribui significativamente para a formulação de estratégias mais informadas e adaptadas à realidade contemporânea. A relevância prática reside na capacidade de oferecer insights valiosos para a tomada de decisões nas esferas de gestão policial e formulação de políticas públicas, visando uma atuação mais efetiva e alinhada às necessidades da comunidade.

2 REVISÃO TEÓRICA

A base deste artigo repousa no quadro teórico que abrange a convergência do policiamento ostensivo e a utilização de tecnologias contemporâneas. O objetivo desta seção é estabelecer uma base teórica robusta para a compreensão da dinâmica atual da aplicação da lei, enfatizando a importância da incorporação da tecnologia neste domínio específico.

Com os avanços da tecnologia e as novas exigências da comunidade, as organizações policiais adotaram uma nova abordagem ao introduzir o serviço de patrulha motorizada. Este conceito inovador girou em torno da utilização extensiva de veículos motorizados, complementada por um sistema de comunicação móvel integrado em viaturas policiais. Ao utilizar esse sistema, os policiais puderam se comunicar com um centro central de operações, que recebia solicitações do público e situações urgentes por meio de ligações telefônicas. Como resultado, o patrulhamento por rádio surgiu e rapidamente ganhou impulso, revolucionando fundamentalmente a essência da aplicação da lei (Cotta, 2012).

No passado, os agentes policiais esperavam principalmente nas esquadras de polícia por chamadas e desempenhavam as suas funções a pé. No entanto, houve uma mudança significativa nas práticas policiais, com os agentes a realizarem agora patrulhas contínuas e a responderem aos incidentes diretamente no local. Esta transformação remodelou completamente a forma como o trabalho policial é realizado. Um dos efeitos mais notáveis dos avanços tecnológicos é a crescente centralização do comando e controlo dentro da burocracia policial, levando a uma separação clara entre os agentes e as comunidades que

servem. Na década de 1970, o modelo de policiamento predominante na América era caracterizado por tempos de resposta rápidos facilitados pela comunicação via rádio (Tonry & Morris, 2003).

Com o tempo, os avanços na tecnologia informática transformaram completamente a forma como as necessidades das pessoas eram satisfeitas e as suas interações diárias ocorriam. No domínio da segurança pública, os computadores não só simplificaram as tarefas administrativas, mas também facilitaram a documentação abrangente dos incidentes. Isto incluiu detalhes cruciais como a localização do incidente, os perfis dos indivíduos envolvidos (requerentes, vítimas e testemunhas) e informações pertinentes sobre os eventos e itens relacionados (Guimarães; Nogueira, 2011).

Ao receber uma comunicação de um cidadão preocupado, o centro de operações receberia, documentaria e transmitiria as informações iniciais às equipes de campo por meio de comunicação por rádio. Após sua resposta ao incidente, a equipe forneceria detalhes suplementares para aprimorar o sistema. Esta abordagem sistemática facilitou a organização dos dados operacionais da polícia (Cotta, 2012).

A introdução dos telefones celulares durante a década de 1990 marcou um avanço notável nas capacidades de comunicação acessíveis aos policiais. Juntamente com os sistemas de comunicação de rádio existentes nos seus veículos, este avanço tecnológico ofereceu uma via extra para interagir com o Centro de Operações e, em certos casos, até mesmo interagir diretamente com o público. O projeto POVO, no Paraná, é um excelente exemplo dessa empreitada, pois equipou veículos de diversos bairros e cidades com número de telefone próprio e amplamente compartilhado com a comunidade. Isto permitiu aos cidadãos estabelecer contacto direto com a equipa policial. Essa prática continua a ser implementada em municípios selecionados do Paraná (Guimarães; Nogueira, 2011).

Durante o início dos anos 2000, a polícia começou a testemunhar avanços significativos na utilização da tecnologia. No Brasil, algumas instituições tomaram a iniciativa de incorporar câmeras de vídeo em seus veículos, com o objetivo de capturar as ações das equipes policiais durante suas operações, incluindo incidentes, interações com indivíduos e encontros com veículos. No entanto, esses esforços foram relativamente limitados no país. Simultaneamente, surgiu a noção de utilizar o rastreamento de veículos em tempo real como um método para melhorar a coordenação e o controle no policiamento. Embora esta ideia estivesse inicialmente na sua infância, progrediu gradualmente ao longo do tempo e acabou por se tornar uma prática eficaz nas operações policiais (Magron, 2020).

Durante este período, o aumento da popularidade das câmaras digitais e da tecnologia de vídeo ofereceu às equipas de aplicação da lei uma ferramenta extra para as ajudar nos seus vários esforços operacionais. Isto abrangia a capacidade de capturar imagens de locais suspeitos onde ocorriam atividades ilegais, como o tráfico de drogas. Além disso, permitiu a documentação digital dos indivíduos apreendidos, criando bancos de dados que poderão ser utilizados para futuras identificações (Neto *et al*, 2018).

Com o rápido crescimento da Internet no Brasil em meados dos anos 2000, o fluxo de informações tornou-se quase instantâneo. Com isso, a área de segurança pública passou a implementar sistemas de acesso às suas bases de dados e recuperação de informações sobre pessoas e veículos. Este desenvolvimento permitiu que os policiais acessassem rapidamente detalhes cruciais, como o histórico criminal de uma pessoa ou a situação legal de um veículo durante encontros ou incidentes. Esta nova capacidade melhorou enormemente a sua capacidade de tomar decisões informadas e de tomar medidas apropriadas (Guimarães; Nogueira, 2011).

A atividade operacional das forças policiais brasileiras testemunhou um notável avanço na evolução tecnológica devido ao sucesso da realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. A aquisição de diversos produtos, equipamentos, sistemas e armas marcou um salto substancial nos serviços policiais, garantindo-lhes acesso a ferramentas práticas e de alta qualidade (Magron, 2020).

O serviço policial tem sido presenteado com inúmeras soluções e recursos de Tecnologia da Informação (TIC) nos últimos tempos. Melhorias na rede de comunicação, sistemas ágeis para tratamento de incidentes, capacidades de georreferenciamento, sistemas de captura e transmissão de imagens (incluindo câmeras corporais, câmeras montadas em veículos e estruturas fixas), bem como diversos softwares e aplicativos que utilizam inteligência artificial e algoritmos são apenas alguns exemplos dessas soluções. O objetivo principal destas ferramentas é melhorar a eficiência do serviço, reduzir erros, alargar o alcance da força policial e otimizar a gestão de recursos logísticos e financeiros (Cotta, 2012).

As organizações policiais incorporaram consistentemente avanços em seus procedimentos operacionais. Embora muitas destas ferramentas sejam relativamente novas, faltam avaliações abrangentes relativamente à sua eficácia, funcionalidade e implicações legais. O uso da tecnologia de reconhecimento facial pelas autoridades policiais tem suscitado intensas discussões em vários países, particularmente no que diz respeito às salvaguardas legais que envolvem a utilização destas imagens para ações policiais. Apesar das complexidades técnicas e jurídicas, não há como negar que a tecnologia está profundamente

interligada com a vida quotidiana das pessoas e, da mesma forma, desempenha um papel significativo nas práticas operacionais das organizações policiais (Magron, 2020).

2.2 POLICIAMENTO OSTENSIVO E USO DE VIDEOMONITORAMENTO

Para cumprir o seu dever constitucional, as organizações policiais, especialmente aquelas que operam abertamente, devem conceber consistentemente medidas proativas para salvaguardar a harmonia social de atos e ofensas que possam comprometê-la. Ao longo da história, as agências de aplicação da lei adaptaram as suas estratégias para se alinharem com os requisitos únicos e o contexto social das suas respectivas comunidades. No entanto, à medida que a dinâmica social evolui na era moderna, as complexidades destas transformações dão origem a diversos padrões de comportamento nas interações pessoais e na coexistência social (Guimarães; Nogueira, 2011).

Durante o serviço, os policiais podem se deparar com diversas situações, incluindo distúrbios, violência doméstica, emergências médicas, assaltos a empresas, homicídios e até confrontos com gangues no chamado “novo-cangaço”. O número de respostas possíveis a estes problemas e às demandas da comunidade é imensurável. A constante tomada de decisão exigida pelos policiais é influenciada por diversas relações e contextos sociais (Magron, 2020).

Tonry e Morris (2003) descrevem a intrincada relação entre a tecnologia e o seu papel como ferramenta auxiliar e organizadora desta atividade. Destacam a natureza mutável e ambígua das tecnologias, particularmente na prestação de serviços públicos como a polícia, onde são influenciadas por conflitos com o público e moldadas pelas regras e princípios informais que definem as culturas profissionais.

À medida que a sociedade progride e introduz novos tipos de relações, também dá origem a comportamentos que perturbam a paz pública. A actividade criminosa ajusta-se às mudanças sociais, sendo necessário que as autoridades responsáveis pela aplicação da lei adaptem as suas práticas em conformidade. É aqui que os avanços tecnológicos desempenham um papel crucial na facilitação da comunicação eficaz com os indivíduos e no aumento da eficiência das operações policiais (Neto *et al*, 2018).

A principal função da Polícia Militar é traçar constantemente estratégias e iniciativas que visem à manutenção da ordem e da tranquilidade públicas. Ao contrário de outros serviços públicos, a polícia não é um espectador passivo, à espera de pedidos reativos de

assistência. Eles se envolvem ativamente em operações contínuas, comumente chamadas de fiscalização 24 horas por dia, que ocorrem todos os dias da semana, sem interrupção.

Ao envolver-se em medidas proativas, o policiamento aberto visa manter a ordem social, identificando comportamentos que têm o potencial de perturbar a paz dentro de uma comunidade. Isto envolve a implementação de estratégias como patrulhas intensificadas, interações regulares com a comunidade, realização de trabalho policial a pé ou a cavalo, e posicionamento estratégico de agentes em áreas-chave, todas as quais permitem a observação e monitorização de fatores e ações que possam pôr em risco a segurança da comunidade (Neto *et al*, 2018).

Nos seus esforços contínuos para melhorar os seus serviços em benefício da comunidade, as agências responsáveis pela aplicação da lei esforçam-se continuamente por melhorar. Quando confrontada com situações que exigem ação imediata, a polícia possui uma estrutura versátil projetada para atender a uma variedade de necessidades. Isto inclui unidades especializadas dedicadas a lidar com crises de reféns, agentes de trânsito equipados para lidar com acidentes rodoviários e patrulhas escolares designadas para garantir a segurança nas instituições educativas.

2.3 AVANÇOS TECNOLÓGICOS E SUAS INFLUÊNCIAS SOB O POLICIAMENTO OSTENSIVO DA PMGO

No cenário contemporâneo, a tecnologia desempenha um papel fundamental no aprimoramento das operações de policiamento ostensivo, proporcionando inovações que não apenas facilitam as atividades diárias dos policiais, mas também fortalecem a capacidade de prevenção de crimes e resposta a incidentes. Essa interseção entre tecnologia e policiamento não só otimiza as operações, mas também contribui para a criação de ambientes mais seguros para as comunidades atendidas (Tonry & Morris, 2003).

A implementação de sistemas avançados de monitoramento por vídeo e câmeras de vigilância possibilita à polícia uma vigilância em tempo real de áreas públicas, permitindo a identificação proativa de atividades suspeitas e contribuindo para a prevenção de incidentes mais graves. O reconhecimento facial emerge como uma ferramenta eficaz na identificação rápida de criminosos conhecidos, agilizando a resposta policial e aumentando a segurança pública (Magron, 2020).

Durante seus 164 anos de existência, da Polícia Militar do Estado de Goiás desempenhou importante papel na história e formação da sociedade goiana e é considerada

um verdadeiro “patrimônio goiano”. A agência está ativamente envolvida nas principais atividades do país e, para melhorar as suas atividades, desenvolveu em 2016 o seu primeiro plano estratégico. O plano, que vigora de 2016 a 2022, traça as metas, objetivos e ações da empresa, consistentes com os princípios constitucionais do público. administração e ter em conta o contexto político, social e económico da época (GOIÁS, 2023).

Com o objetivo de desenvolver e melhor atender a população, a PMGO apresenta a segunda versão do seu plano estratégico (2023-2028). Esta nova iniciativa visa aprimorar continuamente as atividades do órgão e adequá-las às diretrizes da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás e ao Programa de *Compliance* Público. É o resultado de esforço e investigação, tendo em conta o impacto positivo do planeamento anterior e incorporando novos princípios de gestão: eficiência, iniciativa e humanidade (GOIÁS, 2023).

A abordagem para o desenvolvimento de um plano estratégico envolve uma análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças), tendo em conta o ambiente interno e externo da organização. Essa análise identifica objetivos, iniciativas e constrói um mapa estratégico de forma estruturada. Além disso, é adotada a abordagem *Balanced Scorecard* (BSC), proporcionando uma abordagem holística à organização, integrando metas e objetivos relacionados a finanças e logística, pessoal, processos organizacionais e sociedade (GOIÁS, 2023).

Plano Estratégico PMGO 2023-2028 foi desenvolvido de acordo com as diretrizes do Governo do Estado, do Plano de Governo (Avanço/2023-2026) e do Plano Estratégico de Segurança Pública da Secretaria de Estado de Goiás (2022-2031). Trabalha para garantir práticas de gestão ética e promover a transparência, a responsabilização e a gestão de riscos.

Em termos de metas, estratégias e objetivos, o plano pretende orientar a gestão da agência e proporcionar uma visão coordenada e sistemática para as principais operações da Gendarmaria. Estabelece quatro eixos temáticos principais para os objetivos estratégicos: sociais, processos organizacionais, pessoas e finanças e logística. Os objetivos específicos incluem melhorar a qualidade dos serviços prestados, formar profissionais, compartilhar responsabilidades, implementar ferramentas estratégicas e envolver e motivar os membros da empresa para atingir os objetivos estratégicos.

Os sistemas de rastreamento e georreferenciamento oferecem à polícia a capacidade de localizar unidades em campo em tempo real, facilitando a coordenação de respostas e a distribuição eficiente de recursos. A conectividade por meio de aplicações móveis e dispositivos conectados promove uma comunicação instantânea entre policiais e centrais de operações, garantindo decisões informadas e rápidas (Guimaraes & Moreira, 2001).

A inteligência artificial (IA) e a análise de dados desempenham um papel crucial na análise preditiva de padrões de criminalidade, permitindo que a polícia direcione recursos para áreas de maior risco e antecipe tendências comportamentais. O uso de equipamentos modernos, como coletes à prova de balas e armamentos avançados, contribui para a segurança dos policiais em situações de alto risco (Lima *et al*, 2018).

Além disso, o treinamento virtual e simulações oferecem ambientes realistas para preparar os policiais para uma variedade de cenários, contribuindo para uma resposta mais eficaz em situações reais. Em síntese, a integração ética e legal dessas tecnologias fortalece as capacidades operacionais, a responsividade e a adaptabilidade do policiamento ostensivo às demandas em constante evolução da sociedade (Muniz, 2001).

Nesse contexto, a transformação digital no policiamento ostensivo não apenas redefine as práticas operacionais, mas também fortalece a relação entre as forças policiais e as comunidades que servem, promovendo uma segurança mais efetiva e uma presença policial mais próxima e eficiente (Neto *et al*, 2018).

3 METODOLOGIA

Esta seção delinea a abordagem metodológica adotada para a condução da pesquisa, apresentando a estrutura, fontes, acesso aos dados, características da amostra, coleta/produção de dados, análise dos dados e instrumentos de coleta.

O estudo será conduzido em três fases interdependentes. Na primeira, realizar-se-á uma revisão bibliográfica abrangente para fundamentar teoricamente o papel da tecnologia no policiamento ostensivo. A segunda fase consistirá na análise de casos e estudos de campo, explorando a implementação e impacto das tecnologias em diferentes contextos policiais na Polícia Militar do Estado de Goiás. A última fase concentrar-se-á na interpretação e discussão dos resultados, estabelecendo conclusões embasadas nos achados.

As fontes de dados serão diversas, abrangendo estudos acadêmicos, relatórios oficiais de órgãos de segurança pública e artigos de especialistas na área. Além disso, serão conduzidas entrevistas semiestruturadas com profissionais de segurança pública, especialistas em tecnologia e gestores de projetos de implementação de inovações tecnológicas nas forças policiais. A abordagem será por meio de contato direto e convites formais.

A amostra será composta por profissionais de segurança pública, gestores de tecnologia e especialistas em áreas correlatas. Mais precisamente o 4º Companhia Regional da Polícia Militar, 48º Batalhão da Polícia Militar da Cidade de Anicuns do estado de Goiás.

A coleta de dados envolverá entrevistas semiestruturadas, observações participativas e análise documental. Durante o trabalho de campo, as entrevistas serão gravadas para garantir precisão nas análises posteriores. As informações obtidas serão organizadas e categorizadas de acordo com os temas identificados durante a pesquisa.

A análise seguirá uma abordagem quali-quantitativa, buscando identificar padrões, tendências e insights relevantes. A codificação temática será aplicada para extrair significados e relações subjacentes nos dados coletados. O software *NVivo* será utilizado para facilitar a análise qualitativa.

Os instrumentos de coleta incluirão um roteiro de entrevistas semiestruturadas, formulado com base nos objetivos da pesquisa. O questionário será distribuído de maneira direcionada, considerando a expertise e a experiência dos participantes. As entrevistas serão conduzidas de forma ética, assegurando o consentimento informado e a confidencialidade das informações.

Ao seguir essa metodologia, busca-se obter uma compreensão aprofundada e abrangente do impacto da tecnologia no policiamento ostensivo, destacando tanto os desafios quanto as oportunidades associadas à sua implementação (Tonry & Morris, 2003; Guimaraes & Moreira, 2001; Lima *et al*, 2018; Magron, 2020).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta secção dedicada aos Resultados e Discussão, iremos aprofundar os valiosos conhecimentos recolhidos no questionário online, que procurou examinar a convergência do policiamento ostensivo e da tecnologia, centrando-se especificamente na utilização da videovigilância em operações abertas. A presença generalizada da tecnologia da informação na nossa era atual impactou profundamente todas as facetas da nossa existência diária. No domínio da aplicação da lei, a tecnologia assume um papel fundamental na batalha contra a actividade criminosa e no avanço do bem-estar da comunidade.

O objetivo desta pesquisa é examinar os efeitos do videomonitoramento nas estratégias e dinâmicas operacionais das forças de segurança. Ao distribuir um questionário online, pretendemos recolher insights e relatos em primeira mão, tanto de profissionais de segurança como do público em geral, sobre as suas percepções e experiências com a implementação destas tecnologias de vigilância.

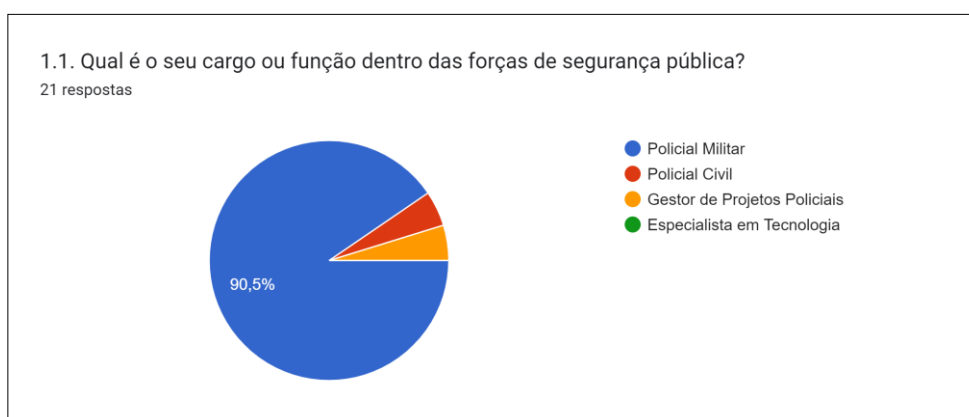
O primeiro gráfico apresenta o perfil dos entrevistados com base em seus cargos ou funções nas forças de segurança pública. Uma maioria significativa, representando 90,5% dos

entrevistados, atua atualmente como policial militar. Isto implica que a amostra consiste principalmente de membros ativos da Polícia Militar, indicando que suas perspectivas e encontros provavelmente fornecem uma representação precisa das práticas reais de policiamento ostensivo.

Adicionalmente, vale destacar que 4,8% dos entrevistados pertencem à categoria de policiais civis, enquanto outros 4,8% são gestores de projetos policiais. Embora a sua representação na amostra possa ser menor, a sua inclusão é crucial, pois fornece informações valiosas sobre a utilização de tecnologias no domínio do policiamento aberto. Isto é particularmente significativo devido aos diversos papéis e deveres que estes profissionais desempenham no âmbito das forças de segurança pública.

Resumindo, os perfis dos entrevistados indicam que a maioria deles possui conhecimentos em primeira mão e pertinentes na aplicação ativa da lei, tornando assim as suas perspectivas e conhecimentos cruciais para avaliar a integração da videovigilância e tecnologias semelhantes neste quadro específico.

Gráfico 01 – Perfil dos participantes



Fonte: Próprio autor.

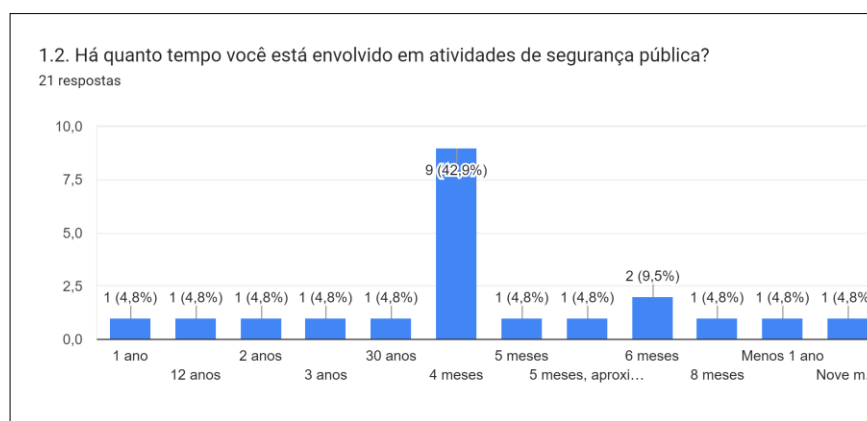
A distribuição dos entrevistados no Gráfico 02 é categorizada com base no seu nível de envolvimento nas atividades de segurança pública ao longo de um período de tempo. Parece que a maioria dos participantes da pesquisa são relativamente novos no setor, com 9 indivíduos (42,9%) envolvidos há apenas 4 meses. Isso indica que um número considerável de entrevistados está no início de sua trajetória profissional ou ingressou recentemente na área de segurança pública.

Ademais, a experiência entre os participantes varia de 1 a 12 anos, com um único entrevistado (4,8%) relatando envolvimento há mais de 20 anos. Isso sugere uma ampla gama de experiências na amostra, abrangendo tanto profissionais experientes quanto aqueles que estão iniciando a carreira. A alocação diversificada de tempo dedicado às atividades de

segurança pública na amostra oferece uma visão holística sobre como os diferentes níveis de experiência podem impactar atitudes e perspectivas em relação à utilização da tecnologia na aplicação visível da lei.

Estudos anteriores têm mostrado uma tendência de uma proporção significativa de profissionais de segurança pública, especialmente policiais, estarem relativamente no início de suas carreiras, refletindo uma renovação constante na força de trabalho. Isso é consistente com os resultados do presente estudo, onde a maioria dos entrevistados possui menos de um ano de experiência em atividades de segurança pública, sugerindo uma amostra representativa desse padrão (Ersinzon, 2019).

Gráfico 02 – Tempo de atividades envolvendo Segurança Pública



Fonte: Próprio autor.

Segundo os entrevistados, o Gráfico 03 apresenta as tecnologias atualmente empregadas no policiamento ostensivo. Os dispositivos móveis são a tecnologia mais referenciada, conforme referido por 85,7% dos participantes. Estes dados implicam que o amplo reconhecimento e incorporação de dispositivos móveis nas operações policiais se deve à sua capacidade de melhorar a mobilidade, a acessibilidade e facilitar a comunicação em tempo real, a recuperação de informações e a tomada de decisões.

Em segundo lugar estão os Sistemas de Vigilância Avançada, citados por 57,1% dos participantes da pesquisa. Esta estatística revela uma tendência crescente entre as entidades responsáveis pela aplicação da lei para alocar recursos para tecnologias de vigilância de ponta. Esses sistemas avançados abrangem uma variedade de ferramentas, como câmeras de vigilância, sensores e outros dispositivos projetados para monitorar locais específicos, coletar dados para análise e facilitar o gerenciamento imediato de incidentes.

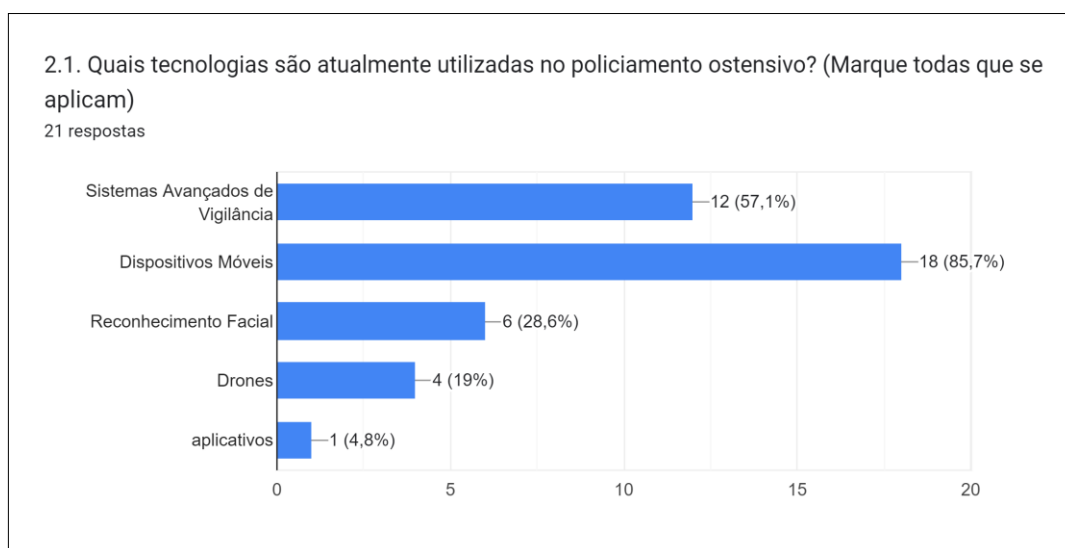
Reconhecimento facial, drones e aplicativos também são discutidos, embora recebam menos atenção. O reconhecimento facial tem o potencial de se tornar um recurso valioso para identificar indivíduos de interesse, enquanto os drones podem ser utilizados para vigilância

aérea em locais de difícil acesso. Os aplicativos oferecem uma ampla gama de funcionalidades, incluindo relatórios de incidentes, monitoramento de patrulhas e promoção do envolvimento da comunidade.

A atual distribuição de tecnologias significa uma inclinação crescente para a incorporação de ferramentas digitais e sistemas de vigilância em práticas visíveis de aplicação da lei, com o objetivo de aumentar a eficácia, a produtividade e a segurança das operações policiais.

As conclusões de um estudo atual conduzido por Neto (2018) alinham-se com os resultados da presente investigação, sublinhando a importância crescente de certas tecnologias no policiamento ostensivo. Dispositivos móveis e sistemas avançados de vigilância são as ferramentas mais utilizadas, enquanto o reconhecimento facial e os drones são empregados em menor grau. Isto enfatiza o papel crescente destas tecnologias na aplicação da lei moderna.

Gráfico 03 - Tecnologias Utilizadas no Policiamento Ostensivo



Fonte: Próprio autor.

As respostas de uma pergunta aberta no questionário online relativo à avaliação do papel da tecnologia no reforço da segurança comunitária são esmagadoramente positivas e abrangentes, proporcionando uma compreensão profunda do tema.

A eficiência, a utilidade e a importância das tecnologias são enfatizadas em diversas respostas, com os participantes elogiando-as como notáveis, excepcionais e altamente impactantes. Estes avanços tecnológicos são creditados por agilizar as operações policiais, ajudar na resolução de crimes, representar um salto significativo na batalha contra as atividades criminosas e desempenhar um papel vital na promoção da segurança da comunidade.

Certas respostas destacam especificamente a natureza rápida e eficaz das tecnologias na identificação e detenção de criminosos, enquanto outras sublinham a importância da integração dos sistemas de informação e da melhoria da comunicação entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei e a comunidade.

Além disso, outra resposta oferece um exame abrangente dos fatores utilizados para avaliar a eficácia das tecnologias no reforço da segurança comunitária. Estes fatores abrangem a rapidez e eficácia da resposta de emergência, melhorando os canais de comunicação entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei e a comunidade, identificando padrões de criminalidade e diminuindo a apreensão da comunidade em relação às atividades criminosas.

As respostas recebidas indicam uma visão favorável e abrangente relativamente ao papel das tecnologias no reforço da segurança comunitária, enfatizando a sua importância na melhoria da eficácia e produtividade das operações policiais, bem como na promoção de relações mais fortes entre a polícia e a comunidade.

Os profissionais de segurança pública e os membros da comunidade reconhecem amplamente o impacto positivo das tecnologias na melhoria da segurança comunitária. Estas tecnologias desempenham um papel vital na facilitação de respostas mais rápidas e eficazes às necessidades da comunidade, promovendo a confiança e a colaboração entre as autoridades policiais e os cidadãos e, em última análise, criando um ambiente mais seguro e harmonioso para todos os residentes (Neto *et al*, 2018).

A distribuição das respostas dos profissionais de segurança pública quanto à formação que receberam para utilizar as tecnologias implementadas está ilustrada no Gráfico 04. Notáveis 61,9% dos participantes indicaram que receberam instrução suficiente sobre como utilizar as tecnologias implementadas. Esta conclusão indica que uma percentagem considerável de profissionais de segurança pública possui as competências e a confiança necessárias para utilizar eficazmente os recursos tecnológicos disponíveis nas suas operações quotidianas.

Por outro lado, uma parcela notável dos participantes, especificamente 23,8%, expressou falta de formação suficiente na utilização destas tecnologias. Esta observação potencialmente destaca uma deficiência na acessibilidade e disponibilidade de recursos de formação para profissionais, o que poderia prejudicar a eficácia e a utilização adequada das tecnologias implementadas.

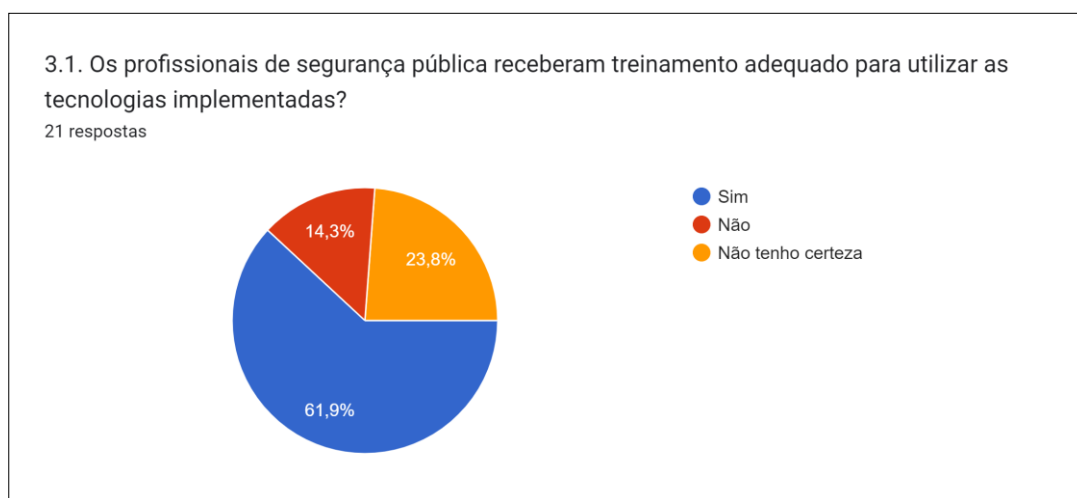
Um ponto adicional a considerar é que 14,3% dos entrevistados manifestaram insatisfação com o nível de formação que receberam na utilização das tecnologias implementadas. Isto levanta uma questão significativa, uma vez que a formação insuficiente

pode levar à subutilização ou utilização indevida das tecnologias, comprometendo, em última análise, a eficácia e a segurança das operações policiais.

É crucial fornecer formação abrangente aos profissionais de segurança pública, permitindo-lhes utilizar eficazmente as tecnologias implementadas. Esta abordagem garante a eficácia destas tecnologias e maximiza o seu potencial no reforço da segurança comunitária.

A importância de fornecer formação suficiente aos profissionais de segurança pública, a fim de maximizar a eficácia das tecnologias implementadas, foi enfatizada em pesquisas anteriores. Macron (2020) e Lima (2018) conduziram estudos que demonstram como a formação inadequada pode levar à subutilização de tecnologias, minando, em última análise, a sua capacidade de melhorar a segurança da comunidade. Estas conclusões sublinham a necessidade contínua de investimento em iniciativas de formação e desenvolvimento profissional, garantindo que os profissionais possuam as competências necessárias para utilizar eficazmente os recursos tecnológicos à sua disposição no seu dia-a-dia. Conforme podemos observar no gráfico abaixo.

Gráfico 04 - Aceitação e Treinamento dos Profissionais em Relação às Tecnologias



Fonte: Próprio autor.

A percepção dos entrevistados quanto à aceitação das ferramentas tecnológicas implementadas pelos policiais está ilustrada no Gráfico 05. Uma parcela significativa, responsável por 65,2% dos pesquisados, acredita que os policiais apresentam uma atitude favorável à utilização de ferramentas tecnológicas. Isto indica que a maioria do pessoal responsável pela aplicação da lei está aberta e incentiva a incorporação da tecnologia no seu trabalho, reconhecendo as vantagens que estas ferramentas podem oferecer nas suas operações quotidianas.

Outro ponto ressalta-se, uma perspectiva neutra sobre a utilização de recursos tecnológicos é observada por 21,7% dos pesquisados em relação aos policiais. Isto sugere que

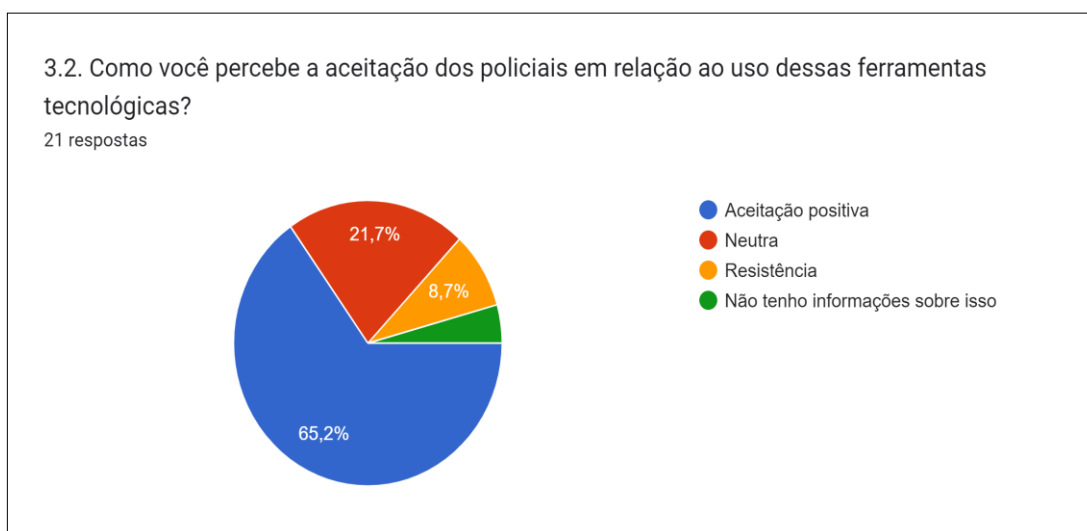
alguns agentes podem não ter uma opinião definitiva ou manter uma posição mais cautelosa quando se trata de adoptar estas tecnologias, possivelmente devido a receios em torno da formação, da privacidade ou dos potenciais efeitos nos seus métodos de trabalho.

Ademais, notáveis 8,7% dos participantes no inquérito relataram ter encontrado oposição por parte dos responsáveis pela aplicação da lei quando se trata de implementar avanços tecnológicos. Isto indica que uma parte considerável dos agentes policiais pode apresentar relutância ou mesmo cepticismo em relação às novas ferramentas, possivelmente decorrente de apreensões sobre métodos de trabalho alterados, falta de familiaridade com a tecnologia ou uma percepção de usurpação da sua independência ou conhecimentos tradicionais.

Apenas 4,3% dos participantes expressaram falta de conhecimento sobre a postura dos agentes da lei sobre a adoção de recursos tecnológicos. Isto sublinha a importância da comunicação aberta e eficiente por parte da liderança policial, garantindo que cada membro da força esteja bem informado e empenhado na implementação e utilização destas ferramentas.

Com base nesta análise, parece que embora a maioria dos agentes policiais esteja aberta à utilização de tecnologias, existe um grupo notável que pode exigir esforços adicionais para abraçar e aceitar plenamente as ferramentas tecnológicas no contexto do policiamento. Esta variação de atitudes sublinha a importância da implementação de métodos eficazes de comunicação e formação para encorajar uma integração mais ampla e bem sucedida de tecnologias no domínio do policiamento aberto.

Gráfico 05 – Aceitação dos Policiais sobre o uso de Ferramentas tecnológicas.



Fonte: Próprio autor.

Segundo os entrevistados, o Gráfico 6 mostra o ponto de vista da comunidade sobre o policiamento tecnológico ostensivo. Impressionantes 90,5% dos entrevistados acreditam que a presença da tecnologia no policiamento melhorou significativamente a sensação de segurança da comunidade. Estes dados indicam fortemente que a utilização dos avanços tecnológicos na aplicação da lei promoveu com sucesso um sentimento de segurança e paz entre os residentes.

Por outro lado, um ponto de vista neutro em relação ao policiamento tecnológico manifesto foi expresso por 4,8% dos participantes no inquérito. Isto poderia sugerir uma ausência de uma posição clara ou uma abordagem mais cautelosa entre certos membros da comunidade no que diz respeito à influência da tecnologia na aplicação da lei.

Além disso, mais 4,8% dos participantes indicaram falta de conhecimento sobre o ponto de vista da comunidade sobre a vigilância tecnológica visível. Isto sublinha a importância de uma comunicação clara e aberta por parte das agências de aplicação da lei para garantir que a comunidade esteja bem informada e envolvida na adoção e utilização destas tecnologias.

Os resultados destas conclusões sugerem que a integração dos avanços tecnológicos em práticas visíveis de aplicação da lei obteve feedback positivo da comunidade, promovendo uma sensação de maior segurança e contentamento entre os residentes. Isto sublinha a importância da utilização da tecnologia de forma responsável para aumentar a eficácia e a aprovação dos esforços de policiamento na comunidade.

Achados semelhantes foram descobertos em pesquisas anteriores conduzidas por Ersinzon, (2019), indicando que a incorporação dos avanços tecnológicos na aplicação visível da lei pode gerar uma percepção favorável de segurança na comunidade. Estes estudos enfatizam a importância da tecnologia no reforço do vínculo entre a força policial e os residentes, promovendo, um sentimento de segurança e confiança.

Gráfico 06 - Impactos Percebidos pela Comunidade



Fonte: Próprio autor.

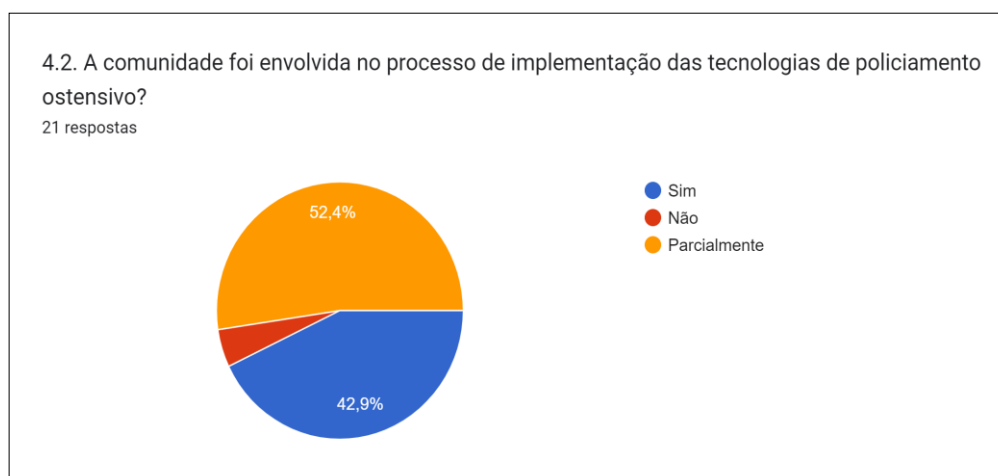
A percepção do envolvimento da comunidade na implementação de tecnologias de policiamento ostensivo está retratada no Gráfico 07, com base nas respostas dos entrevistados. Segundo uma parcela significativa dos entrevistados, 52,4% dos entrevistados, foi revelado que a comunidade teve um papel parcial na implementação da tecnologia. Esta conclusão implica que houve algum grau de envolvimento ou consulta com a comunidade quando se tratou da introdução de tecnologias de policiamento aberto, embora possa não ter sido tão extenso ou completo como inicialmente previsto.

Além de que, constatou-se que 42,9% dos entrevistados expressaram que a comunidade desempenhou um papel na implementação da tecnologia. Isto sugere que os responsáveis pela aplicação da lei fizeram uma tentativa deliberada de envolver a comunidade no processo de tomada de decisão relativamente à adopção e utilização de tecnologias, procurando ativamente a sua contribuição e participação.

O envolvimento da comunidade na implementação de tecnologias de policiamento ostensivo foi relatado por surpreendentes 95,2% dos entrevistados. Contudo, apenas 4,8% indicaram que a comunidade não estava envolvida neste processo. Esta descoberta sugere um potencial falha na comunicação ou falta de participação da comunidade durante o planeamento e execução destas tecnologias, o que poderia ter consequências adversas na sua aceitação e eficácia dentro da comunidade.

A importância da participação da comunidade na implementação de tecnologias visíveis de aplicação da lei é sublinhada por estas conclusões. Ao envolver ativamente os residentes, podemos promover não só um nível mais elevado de aceitação e confiança nestas tecnologias, mas também garantir que as necessidades e preocupações da comunidade sejam tidas em conta e abordadas de forma eficaz.

A relevância da participação comunitária na implementação de tecnologias de policiamento ostensivo tem sido destacada em estudos anteriores. O engajamento substancial e significativo dos residentes desempenha um papel crucial, pois não apenas aumenta a aceitação e eficácia dessas tecnologias, mas também fortalece os laços entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei e a comunidade. Esse maior envolvimento facilita uma colaboração mais eficaz entre os membros da comunidade e as forças policiais, promovendo, em última análise, uma abordagem abrangente e colaborativa para garantir a segurança pública.

Gráfico 07 - Eficácia das Tecnologias na Prevenção e Investigação de Crimes

Fonte: Próprio autor.

Com base na visão deles sobre a contribuição das tecnologias para a prevenção do crime, o Gráfico 08 retrata a percepção dos entrevistados sobre a eficácia dessas tecnologias na prevenção e investigação de crimes.

Uma proporção significativa de participantes, representando 77,3%, defende a opinião de que as tecnologias são excepcionalmente eficientes na dissuasão de atividades criminosas. Isto indica uma crença generalizada no impacto substancial que as tecnologias de policiamento visíveis podem ter na redução das taxas de criminalidade, seja através da dissuasão, da identificação precoce ou da interrupção de comportamentos ilegais.

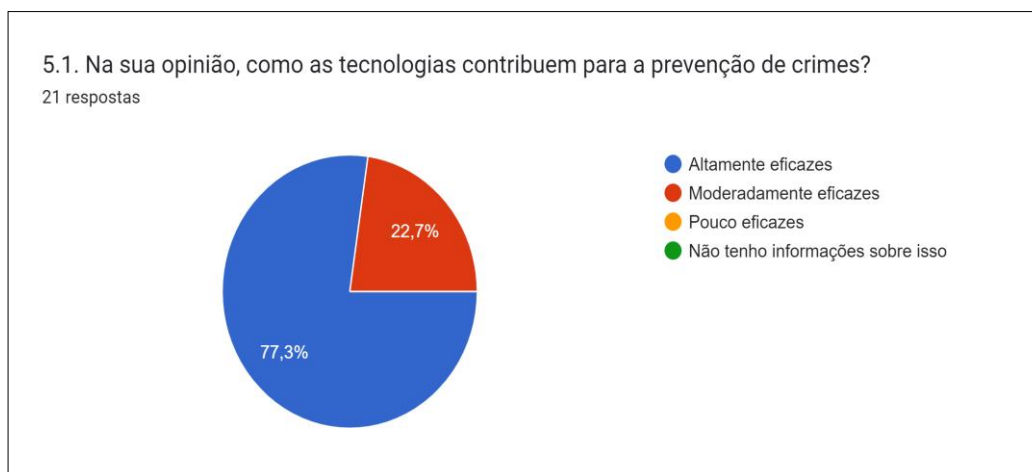
Também, um nível moderado de eficácia na dissuasão de crimes é atribuído às tecnologias por 2,7% dos participantes da pesquisa. Embora esta percentagem seja menor, reconhece o potencial impacto positivo das tecnologias na prevenção de crimes, embora possam não ser vistas como uma solução abrangente ou conclusiva para todas as formas de actividade criminosa.

As conclusões indicam um elevado nível de confiança na eficácia das tecnologias visíveis de aplicação da lei na dissuasão do crime. Esta crença decorre da capacidade destas tecnologias para melhorar a vigilância, a monitorização e a resposta a incidentes, bem como a sua capacidade de recolher e analisar dados para identificar tendências de criminalidade e implementar medidas de prevenção mais precisas e eficientes.

A eficácia das tecnologias de policiamento ostensivo na prevenção do crime foi bem estabelecida por vários estudos, incluindo o realizado por Neto *et al* (2018). Sistemas avançados de vigilância, dispositivos móveis e comunicação estão entre as tecnologias que têm demonstrado consistentemente a sua eficácia no reforço da vigilância, na deteção precoce de atividades suspeitas e na resposta imediata a incidentes. Como resultado, estas tecnologias

desempenham um papel crucial na redução das taxas de criminalidade e no reforço da segurança pública.

Gráfico 08 - **Eficácia das Tecnologias na Prevenção e Investigação de Crimes**



Fonte: Próprio autor.

Depois de analisar as respostas à pergunta aberta relativa aos principais desafios encontrados na implementação e utilização de tecnologias no policiamento aberto, foram identificadas inúmeras preocupações e obstáculos.

Uma preocupação comumente citada gira em torno da limitação dos meios monetários, conforme indicado pelas referências à insuficiência de fundos, às despesas exorbitantes com equipamentos, aos obstáculos financeiros e orçamentais e à necessidade de investimento financeiro. Isto sublinha a importância de garantir financiamento adequado para adquirir, implementar e sustentar tecnologias de policiamento evidentes.

Além disso, uma questão predominante que surge das respostas é a insuficiência de formação adequada, o que sublinha a necessidade de investir na formação especializada e nas qualificações do pessoal responsável pela aplicação da lei. Isto realça a importância da implementação de programas de formação abrangentes que dotem os agentes policiais com as competências necessárias para utilizarem as tecnologias de forma eficiente e segura.

As dificuldades mencionadas abrangem uma série de questões, tais como a natureza complexa da integração de sistemas, as ansiedades em torno da segurança dos dados, a resistência decorrente de fatores culturais e institucionais e o ritmo acelerado dos avanços tecnológicos. Estes desafios sublinham a necessidade de uma estratégia holística que vá além do mero investimento financeiro e formação. É imperativo cultivar uma cultura dentro das organizações policiais que abrace e se adapte aos avanços tecnológicos.

Ao analisar as respostas recebidas à pergunta aberta relativa às limitações percebidas pelas tecnologias existentes utilizadas no policiamento ostensivo, torna-se evidente que a

maioria das respostas expressa uma falta de limitações substanciais. Dois entrevistados responderam diretamente com um simples “Não”, indicando uma percepção positiva ou uma incapacidade de identificar quaisquer limitações nas tecnologias atuais utilizadas.

Por outro lado, há uma sugestão que destaca a necessidade de maior financiamento em equipamentos de ponta que possam operar de forma autônoma, independentemente da disponibilidade de sinais de comunicação. Isto indica uma preocupação relativamente à dependência de tecnologias que podem ser afetadas pelas restrições de conectividade, minando potencialmente a eficiência da aplicação da lei em regiões com infraestruturas de comunicações inadequadas.

Juntamente com as respostas explícitas ao inquérito, há uma observação que enfatiza a importância da avaliação e do ajustamento contínuos das tecnologias utilizadas na aplicação da lei visível. Isto sublinha a necessidade de uma estratégia com visão de futuro que integre novas tecnologias e melhore as atuais para garantir que permanecem eficazes na resposta às exigências da comunidade e da aplicação da lei, particularmente num cenário tecnológico em constante evolução e em resposta aos desafios emergentes.

O feedback recebido indica que, embora as tecnologias utilizadas em operações visíveis de aplicação da lei sejam consideradas bem-sucedidas, há um reconhecimento da necessidade de avaliação e ajustamento contínuos para garantir a sua eficácia contínua na abordagem dos obstáculos em constante evolução encontrados pelos departamentos de polícia.

Consequentemente, a abordagem destes obstáculos exige uma estratégia abrangente que inclua financiamento suficiente, iniciativas de formação bem concebidas, melhorias nos recursos tecnológicos, tratamento meticuloso de dados e esforços para promover um clima de inovação e adaptabilidade nas organizações responsáveis pela aplicação da lei.

5 CONCLUSÃO

A importância da tecnologia na sociedade contemporânea não pode ser exagerada, uma vez que se tornou parte integrante da nossa vida quotidiana. À luz disto, o papel da tecnologia no policiamento aberto tornou-se cada vez mais crucial. O objetivo desta pesquisa foi examinar a intersecção entre tecnologia e policiamento ostensivo, com foco específico na utilização de videovigilância em operações policiais. Ao longo do nosso estudo, investigamos as maneiras pelas quais as tecnologias modernas afetam a eficácia e a eficiência gerais das operações policiais, particularmente dentro da Polícia Militar de Goiás.

Os profissionais de segurança pública expressaram um elevado nível de aprovação em relação às tecnologias, reconhecendo a sua eficácia no aumento da segurança comunitária. Além disso, a comunidade considerou o policiamento tecnológico visível como um fator crucial na promoção de um sentimento de segurança, sublinhando o seu papel na manutenção da ordem pública.

No entanto, foram revelados alguns obstáculos, incluindo financiamento insuficiente e formação profissional inadequada, bem como apreensões relativamente à segurança dos dados e à integração de sistemas. Estes desafios sublinham a importância dos investimentos contínuos e da implementação de estratégias de formação abrangentes para garantir a utilização óptima das tecnologias no domínio da aplicação da lei.

As conclusões indicam que, apesar das reservas iniciais, estas tecnologias são muito promissoras na transformação das operações policiais e na prestação de uma resposta mais eficiente às exigências da comunidade. No entanto, para alcançar o máximo impacto, é imperativo adotar uma estratégia abrangente que englobe não apenas a integração de tecnologias de ponta, mas também uma cultura corporativa que promova a criatividade e abrace os desafios colocados pelos avanços tecnológicos.

À luz dos desafios contemporâneos de segurança pública, é imperativo incorporar tecnologias no policiamento aberto. Através da identificação e resolução dos desafios delineados neste estudo, podemos garantir que as agências de aplicação da lei estão devidamente preparadas para salvaguardar e apoiar as suas comunidades com maior eficácia e eficiência.

REFERÊNCIAS

COTTA, Francis Albert. **Matrizes do sistema policial brasileiro**. Belo Horizonte: Crisálida, 2012.

ERSINZON, Reinaldo Las Cazas. **Policiamento inteligente: um estudo do uso e viabilidade da tecnologia da informação no policiamento ostensivo e controle de tráfego**. 2019. 56 f. Monografia (Especialização em Informática) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/33539/1/ReinaldoLasCazasErsinzon%20FOLHA%20ASSINATURAS.pdf>. Acesso em: 03 de março de 2023.

GUIMARAES, Laerte; MOREIRA, Juceli dos Santos. (Orgs.). **Manual básico de policiamento ostensivo**. 21. ed. Porto Alegre-RS: Polost, 2001.

LIMA, Francisco Dulcillande da Silva; MARTINS, Jackson da Silva; RODRIGUES, Weveston dos Santos; ALMEIDA, Jorge Luiz de. Tecnologia das câmeras de videomonitoramento na segurança pública. Homens do Mato –**Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública**, v. 18, n. 1, p. 43-60, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/396/440>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MAGRON, Antonio Hideraldo. Sistemas de videomonitoramento de segurança urbana: uma solução para os municípios de pequeno e médio portes. **Revista Competitividade e Sustentabilidade** –ComSus, v.7, n.2, Edição Especial, p. 387-398. 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/download/pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MUNIZ, Jaqueline. **A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional**. Revisão de Estudos de Segurança e Defesa, v. 1, p. 177-198, 2001. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/11985/pol_03.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 jan. 2024.

NETO, Carlos Augusto Alperstedt; ROLT, Carlos Roberto de; DIAS, Graziela Alperstedt. Acessibilidade e tecnologia na construção da cidade inteligente. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 271-310, mar./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/wtPDbvxF9Sd4pwHRrfyntVk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GOIÁS. **Plano Estratégico da Polícia Militar de Goiás**. 2023. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/wp-content/uploads/2023/09/plano-estrategico-2023-2028-com-portaria-otimizado-compressed.pdf>. Acesso em 30 de janeiro de 2024.

TONRY, Michael; MORRIS, Norval. (Orgs.). **Policiamento moderno**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

APÊNDICE A – TÍTULO**ANEXO A - TÍTULO**

